



Congresso deve analisar hoje vetos e Orçamento de 2019

Depois de avaliar destaques a 11 vetos que trancam a pauta, parlamentares podem votar proposta orçamentária, que prevê despesa de R\$ 3,3 trilhões, e outros seis projetos

O Congresso deve votar hoje o projeto da lei orçamentária para o ano de 2019, depois de analisar os vetos presidenciais que trancam a pauta. O total de despesas previsto para o Orçamento da União é de R\$ 3,3 trilhões, mas R\$ 758,7 bilhões são para refinar a dívida pública. Dos R\$ 2,6 trilhões restantes, R\$ 2,5 trilhões custeiam a seguridade social e os três Poderes e R\$ 119,6 bilhões ficam para investimentos.

Senadores e deputados devem analisar primeiro 146 destaques a 11 vetos. Depois do Orçamento, há outros seis projetos de lei do Congresso na pauta. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

Parlamentares podem votar ainda projetos de crédito suplementar, entre eles estão dois que beneficiam a Petrobras e um que garante pagamento de ações trabalhistas

Jan Oelker/Repover



Caberá ao Conselho Nacional de Política Energética definir as regiões no mar onde poderão ser instaladas usinas eólicas

Produção de energia eólica no mar está na pauta

O Plenário pode votar hoje projeto que estimula a implantação, no mar, de usinas eólicas para geração de energia. O autor da proposta, senador Fernando

Collor, calcula que a exploração dos ventos marítimos pode render, em cobrança de royalties, cerca de R\$ 1,1 bilhão para estados e municípios litorâneos **3**

Colegiado vai analisar acordos sobre aviação civil

A Comissão de Relações Exteriores pode votar amanhã acordos internacionais, entre eles o Acordo de Céus Abertos para Membros da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil. **2**

Comissão apresenta dados de 2018 sobre projetos e audiências

Entre os textos aprovados pela Comissão de Desenvolvimento Regional neste ano, está o que cria a Região Integrada de Desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul, enviado à Câmara. **2**

Indicados para conselhos serão sabatinados amanhã

A Comissão de Constituição e Justiça sabatina amanhã dois indicados para compor o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público. **2**

especial
cidadania

Nova edição do Mais Médicos enfrenta problemas antigos

Criado para solucionar o problema da falta de médicos em locais isolados e cidades do interior, o Mais Médicos teve que ser repensado com a saída de 8,5 mil profissionais cubanos.

No recente edital para

recompôr as vagas, o percentual de médicos habilitados foi alto (98%), mas até ontem 30% ainda não haviam se apresentado. O maior número de vagas não preenchidas fica em terras indígenas da Amazônia. **4**



Ann Wolpe/Opus

Criança indígena é examinada por médico em Manguelirinha (PR)

Colegiado analisa acordos internacionais de aviação

Comissão de Relações Exteriores deve votar amanhã diversos tratados assinados pelo Brasil sobre extradição, pagamento de tributos e serviços aéreos com países latino-americanos e do Caribe

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) analisa amanhã dez projetos de decreto legislativo que aprovam acordos internacionais assinados entre o Brasil e outros países. São acordos sobre extradição, pagamento de impostos e aviação civil, entre outros temas. Os textos já foram aprovados pela Câmara dos Deputados.

Entre os projetos, está o Acordo Multilateral de Céus Abertos para os Estados Membros da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (Clac), que congrega 22 países da América Latina e do Caribe (PDS 151/2018). O novo marco legal para a operação de serviços aéreos entre esses países envolve a harmonização de normas técnicas e o estabelecimento de acordos de liberação de tráfego entre as nações signatárias.

O acordo traz compromissos sobre metas relacionadas à liberalização e melhoria dos



Ocean Fishing/Getty Images

O acordo de céus abertos libera o tráfego aéreo para nações signatárias

serviços aéreos. Os países terão, por exemplo, o direito de sobrevoar os territórios dos demais países do acordo sem pousar, fazer escalas e executar serviços, regulares ou não, de passageiros ou de cargas.

Também está na pauta um acordo de céus abertos entre o Brasil e o Kuwait (PDS 155/2018).

Outro projeto que pode avançar é o Protocolo de

Cooperação e Facilitação de Investimentos IntraMercosul (PDS 168/2018).

O texto, assinado em Buenos Aires em 2017, entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, é uma versão adaptada ao Mercosul de acordos de cooperação e facilitação de investimentos bilaterais que o Brasil já firmou com vários países, como Chile, México e Colômbia.

Indicados para conselhos serão ouvidos amanhã

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sabatina amanhã os indicados para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), respectivamente Maria Tereza Uille Gomes e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

No mesmo dia, a CCJ pode decidir sobre a emenda da Câ-

mara que libera a indicação de políticos e seus parentes para estatais. A mudança foi acrescentada pelos deputados ao projeto de lei de fortalecimento das agências reguladoras (PLS 52/2013).

Procuradora de Justiça do Paraná, Tereza Uille já ocupa uma cadeira no CNJ desde 2017 e pode ser reconduzida

por indicação da Câmara. Também indicado pela Câmara para o CNMP, Otavio Rodrigues Junior é professor da Universidade de São Paulo (USP) e já foi conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Já exerceu cargos na estrutura do governo federal, como o de advogado-geral da União adjunto.

Hélio José pede planejamento para obras de infraestrutura

O senador Hélio José (Pros-DF) cobrou planejamento nas obras de infraestrutura, especialmente na produção e distribuição de eletricidade, e salientou seus esforços para suprir as regiões carentes de energia com o aproveitamento de fontes de baixo impacto ambiental. Ele disse que, em 2015, lembrou que o investimento na usina de Belo Monte resultaria em linhas de transmissão caras e capacidade energética baixa no período de seca.



Roque de Sá/Agência Senado

Barragens estão em situação de risco, afirma Elmano Férrer

O senador Elmano Férrer (Pode-PI) alertou para a situação de risco de milhares de barragens. Ele destacou que a segurança de barragens não combina com burocracia e que é preciso ter recursos disponíveis para a execução ágil de ações necessárias para a prevenção de acidentes, pois muitas vezes as verbas só aparecem quando a tragédia já ocorreu.

— Os recursos para a prevenção não são liberados porque não há interesse.



Roque de Sá/Agência Senado

Comissão faz balanço de suas atividades legislativas em 2018

Os dados sobre a produção legislativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) em 2018 foram apresentados pelo senador Paulo Rocha (PT-PA) na quarta-feira. A CDR teve 33 reuniões ao longo do ano, das quais 15 foram deliberativas, com aprovação de projetos e requerimentos.

Um desses projetos permite que as indústrias instaladas na Zona Franca Verde comprem máquinas, equipamentos e insumos com isenção do Imposto de Importação (PLS 68/2016). A Zona Franca Verde abrange municípios de Amapá, Amazonas, Acre e de Rondônia. O texto foi enviado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Outro projeto aprovado autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul. O PLS 129/2018 também foi aprovado no Plenário e enviada para a Câmara dos Deputados.

A comissão fez oito audiências públicas. Uma delas,

em julho, debateu o preço dos combustíveis e a importância da Petrobras. Em outra audiência, o foco foi a transposição de águas do Rio São Francisco.

Foram promovidos outros cinco eventos, como o encontro em Natal que debateu o reconhecimento do forró de raiz como Patrimônio Imaterial Cultural Nacional.

Barragens

A comissão também fez duas audiências públicas para debater a segurança das barragens. A sugestão partiu do senador Elmano Férrer (Pode-PI), relator da análise da política pública do governo federal voltada para as barragens.

Especialistas e técnicos chamaram atenção para a quantidade de barragens em situação de grave risco no país. Pelo relatório da Agência Nacional de Águas (ANA), das 24 mil barragens existentes, 723 apresentam alto risco de acidente e apenas 3% do total cadastrado foram vistoriadas pelos órgãos fiscalizadores.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAE Empresa Simples de Crédito

10h Votação de relatório de avaliação de política de pública na área de segurança. Depois, análise do projeto que cria a Empresa Simples de Crédito.

CJ Anatel

10h Análise da indicação de Vicente Bandeira de Aquino Neto para o Conselho Diretor da Anatel.

CMA Recursos hídricos

11h30 Análise de projeto sobre campanhas para uso racional da água.

PLENÁRIO Trabalho de gestante

14h Votação de texto que regulamenta trabalho de gestantes e lactantes.

CONGRESSO Orçamento 2019

16h Análise de vetos, créditos e do Orçamento de 2019.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burl

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Congresso se reúne hoje e pode analisar vetos e o Orçamento 2019

Parlamentares devem analisar destaques a 11 vetos que trancam a pauta. Depois, podem votar o Orçamento e outros seis projetos de lei

O ORÇAMENTO DA União para 2019 pode ser votado hoje pelo Congresso. Depois de limpar a pauta de vetos, os parlamentares devem analisar o projeto da lei orçamentária para o próximo ano. O total de despesa previsto na proposta é de R\$ 3,3 trilhões, mas R\$ 758,7 bilhões vão para o refinanciamento da dívida pública. Dos R\$ 2,6 trilhões restantes, R\$ 2,5 trilhões custeiam a seguridade social e os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e R\$ 119,6 bilhões ficam para investimentos.

A sessão está marcada para as 16h. Senadores e deputados devem analisar primeiramente os 146 destaques apresentados a 11 vetos presidenciais que trancam a pauta de votações. Depois disso, devem votar o Orçamento e outros seis projetos de lei que liberam dinheiro para o Poder Executivo e o Ministério Público.

Dados pessoais

Dos 11 vetos, 10 são parciais. Cinco deles já tiveram o texto principal aprovado em sessões anteriores e respondem juntos por 69 destaques.

O Veto 33, parcial, tem 53 pontos em separado. No texto, o presidente Michel Temer torna sem validade dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709, de 2018), o marco legal que regulamenta o uso, a proteção e a transferência de dados pessoais no Brasil.

Com cinco pontos destacados, o Veto 20 altera a lei que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública (Lei 13.675, de 2018).



Congresso deve analisar hoje proposta orçamentária para o ano que vem que prevê despesa de R\$ 3,3 trilhões

O Veto 25, também com cinco pontos a serem votados, muda a lei que cria o Ministério Extraordinário de Segurança Pública (Lei 13.690, de 2018).

Já o Veto 31, com quatro destaques pendentes, trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019 (Lei 13.707, de 2018). Com dois destaques, o Veto 19 barra pontos da Lei 13.674, de 2018, que concede isenção tributária a empresas de tecnologia da informação.

Outros cinco vetos parciais ainda não tiveram o texto prin-

cipal apreciado no Congresso.

O Veto 38 reponde por 52 dos 76 dispositivos destacados nesse grupo, e altera a lei que institui o Programa de Regularização Tributária Rural (Lei 13.729, de 2018).

Desburocratização

O Veto 37 tem nove pontos destacados. O texto se refere à Lei 13.726, de 2018, que elimina a exigência de documentos na relação entre o poder público e o cidadão.

Os parlamentares precisam

votar ainda oito destaques ao Veto 22, que altera a forma de cálculo das taxas de juros para os empréstimos concedidos pelos fundos constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). A previsão está na Lei 13.682, de 2018.

Com cinco dispositivos destacados, o Veto 39 trata da norma que destina recursos de multas ambientais para arborização urbana (Lei 13.731, de 2018). Já o Veto 35, com dois pontos em destaque, trata da redução do preço do diesel (Lei 13.670, de 2018).

Simplex

O último veto na pauta (Veto 29) é total. Por isso, há apenas um destaque para ele. O texto se refere ao projeto que permitiria a volta de microempresas ao Simplex Nacional (PLC 76/2018).

Os parlamentares podem votar ainda seis projetos que abrem crédito suplementar. Dois beneficiam a Petrobras, um garante recursos para pagar decisões judiciais de ações trabalhistas e três são sobre cargos públicos (*veja quadro*).

Projetos de lei do Congresso na pauta

- ▶ **PLN 26/2018** abre crédito suplementar de R\$ 21,5 bilhões em favor da Petrobras e outras estatais. A petroleira vai usar os recursos para se alinhar ao novo regime aduaneiro especial, conhecido como Repetro-Sped
- ▶ **PLN 23/2018** também beneficia a Petrobras, dessa vez com R\$ 51,5 milhões. O dinheiro será usado para pagar despesas com passivos judiciais da Refinaria Potiguar Clara Camarão (RN) e com a construção da nova Estação de Tratamento de Dejetos Industriais do Parque de Refino (RJ)
- ▶ **PLN 37/2018** destina R\$ 39,2 milhões para o Ministério da Fazenda pagar decisões judiciais em ações trabalhistas
- ▶ **PLN 46/2018** libera R\$ 11,5 milhões para o Ministério Público da União (MPU). O dinheiro vai custear um concurso público para o provimento de vagas e a formação de cadastro reserva nos cargos de analistas em direito e técnicos em administração
- ▶ **PLN 49/2018** autoriza o provimento de oito cargos e funções no Conselho Nacional do Ministério Público, com um impacto orçamentário estimado em R\$ 176 mil em 2018 e R\$ 1,2 milhão em 2019
- ▶ **PLN 50/2018** assegura a inclusão dos cargos no Orçamento de 2018

Plenário vota texto que regula exploração de energia eólica no mar

O Plenário pode votar hoje projeto que estimula a implantação, no mar, de usinas eólicas para geração de energia. Autor do PLS 484/2017, o senador Fernando Collor (PTC-AL) diz que o Brasil tem à sua disposição um regime de ventos marítimos duas vezes maior do que toda a capacidade instalada do atual parque gerador de energia elétrica.

O senador chama esse regime de ventos de “pré-sal eólico”, devido ao grande potencial para geração de energia. “É embaraçoso afirmar que até hoje não tenha sido construído sequer um parque eólico em mares brasileiros”, afirma Collor na justificativa.

Segundo ele, as causas para a carência de investimentos no setor estão relacionadas

à falta de segurança jurídica para a construção e operação de usinas eólicas *offshore* (ao longo da costa).

Um dos principais pontos do texto é a definição de “prismas eólicos”, áreas para exploração dos ventos que serão definidas pelo Conselho Nacional de Política Energética conforme o potencial energético e o risco de degradação ambiental. Esses prismas serão leiloados e as empresas vencedoras terão que pagar uma taxa de royalties aos estados e municípios pela exploração do litoral.

Collor calcula que cerca de R\$ 1,1 bilhão pode ser destinado a estados e municípios litorâneos. O relator, senador Walter Pinheiro (sem partido-BA), quer garantir que esses recursos sejam divididos de

forma igualitária entre governos estaduais e prefeituras.

Podólogo

Outro projeto em pauta é o que regulamenta a profissão de podólogo, pessoa que trata e previne doenças nos pés. A proposta (PLC 151/05) foi aprovada em primeiro turno pelo Plenário no dia 5. Caso confirmada em segundo turno, o projeto voltará para análise da Câmara dos Deputados.

O relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Paulo Rocha (PT-PA), modificou o texto para vincular esses profissionais ao Conselho Federal de Biomedicina.

No texto original, do deputado José Mentor (PT-SP), estava prevista a criação de um

conselho federal de podologia, além de conselhos regionais específicos para os podólogos.

Os senadores também podem votar a regulamentação do trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres (PLS 230/2018). O projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com emenda que garante o pagamento de adicional de insalubridade para a mulher que seguir trabalhando e para aquela que se afastar durante a gestação ou a amamentação.

De Ataídes Oliveira (PSDB-TO), o texto recebeu emenda de Simone Tebet (PMDB-MS), segundo a qual nos casos em que for impossível o trabalho, a gravidez será considerada de risco e a empregada receberá o salário-maternidade.

Vanessa critica MP da abertura das ações de companhias aéreas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou o governo por permitir, por meio de medida



provisória, que até 100% das ações de companhias aéreas brasileiras sejam controladas pelo capital estrangeiro. Segundo a senadora, qualquer país que faça isso exige a reciprocidade, de modo que o capital nacional possa ser investido em empresas aéreas de outros países.

Mas a MP 863/2018 não faz essa exigência, disse Vanessa. Para ela, a medida vai contra a economia nacional e contou com o apoio do presidente eleito, Jair Bolsonaro.

Telmário cobra votação de Estatuto dos Povos Indígenas

A rapidez com que foi votada a proposta que torna mais rigorosa a penalidade para quem maltratar animais (PLS 470/2018) e a lentidão com que o Estatuto dos Povos Indígenas (PLS 169/2016) tem tramitado foram questionadas por Telmário Mota (PTB-RR). O senador afirmou que o projeto sobre maus-tratos a animais foi votado em cinco dias, sem discussão aprofundada, o que, no futuro, pode gerar insegurança jurídica.

— Já o projeto para os povos indígenas, de minha autoria, encontra-se parado, pendente de relatório, há mais de 600 dias — protestou.

— Já o projeto para os povos indígenas, de minha autoria, encontra-se parado, pendente de relatório, há mais de 600 dias — protestou.

Gleisi quer continuidade de programas sociais dos governos do PT

Programas implementados pelos governos de Lula e de Dilma Rousseff e que não tiveram continuidade na administração de Michel Temer foram destacados por Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Segundo a senadora, projetos de cunho social, como a transposição das águas do Rio São Francisco, até agora também não interessaram à equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro. Gleisi disse que a construção civil e a quantidade de passageiros nos aeroportos, que atingiram patamares históricos nos governos do PT, tiveram uma grande queda. Para ela, menos gente pode viajar de avião devido à queda na renda e ao aumento do desemprego.

Novo Mais Médicos enfrenta velhos problemas

Com a saída dos cubanos do programa, governo encara o desafio de encontrar profissionais para trabalhar nas periferias e em locais isolados, como comunidades indígenas

Reportagem: Emily Behnke, sob supervisão de Nelson Oliveira
 Edição: Maurício Müller

A SAÍDA DE 8,5 mil profissionais cubanos do Programa Mais Médicos colocou o Brasil novamente diante da necessidade de resolver o problema do atendimento a locais que dependem exclusivamente do SUS. Alguns deles, como comunidades indígenas isoladas da Região Norte, são ainda mais dependentes do segmento da atenção básica promovida pelo governo.

O acordo entre a Organização Panamericana de Saúde (Opas) com os governos de Cuba e do Brasil, que garantia o funcionamento do Mais Médicos, acabou em novembro diante das declarações do presidente eleito, Jair Bolsonaro, de que não aceitava a recusa dos cubanos em revalidar diplomas e a retenção, por parte de Cuba, da maior parte da remuneração dos médicos.

O primeiro edital para suprir as vagas do Mais Médicos teve 36.490 interessados e, como resultado inicial, a habilitação para 8.411 delas (98%). No entanto, até ontem 30% dos médicos habilitados não haviam se apresentado nos municípios escolhidos.

A Unidade Básica de Saúde da Família de Itabuna (BA) passou a contar com um novo médico em 26 de novembro. O município é conveniado ao programa desde 2013 e já havia recebido três médicos de Cuba. A administradora da unidade, Marcela Oliveira Falcão, informou que o funcionamento foi afetado pela ausência de médico entre 19 e 23 de novembro. Naquela semana, os doentes menos

graves foram atendidos por enfermeiros e outros profissionais de saúde. Quem precisou de um médico foi encaminhado ao centro de referência da cidade.

— Foi uma semana difícil porque não esperávamos a saída do médico, mas conseguimos contornar, e a comunidade não ficou desassistida.

O não preenchimento de vagas decorre da preferência dos médicos por atuarem em centros urbanos. Não por acaso, 63 das 106 vagas ainda em branco estão em distritos sanitários especiais indígenas, principalmente em estados da Região Norte. É o caso do Amazonas, onde sobram 86 postos. Na área do Alto Solimões nenhuma das 22 vagas foi preenchida. No Alto Rio Negro restaram 11 postos. No Amapá e no Pará faltam 20 profissionais.

Edital

Até o momento, 2.476 médicos não compareceram ou não iniciaram suas atividades nos postos para os quais foram designados. Se o número for mantido, 2.582 vagas serão oferecidas no edital seguinte, para o qual já se inscreveram 10.205 médicos brasileiros e estrangeiros, conforme o Ministério da Saúde.

As inscrições foram finalizadas no domingo. Na quinta e na sexta-feira os médicos brasileiros com registro em conselhos regionais de medicina (CRMs) terão nova chance de participar do programa para preencher vagas de desistentes. Quem não tiver registro poderá pleitear as vagas nos dias 27 e 28. Em seguida, nos dias 3 e 4 de janeiro, as oportunidades serão abertas



O programa foi criado para suprir a demanda por médicos em locais como periferias de cidades e comunidades isoladas

para estrangeiros formados no exterior e sem registro no país.

Garantir que os médicos, especialmente os brasileiros, cumpram os três anos de contrato é um dos desafios do programa. Dados do Ministério da Saúde referentes ao período de 2013 a 2017 indicam que 54% dos brasileiros desistiram em até um ano e meio depois do ingresso. Já os estrangeiros permaneceram mais tempo. A maioria dos cubanos ficou mais de dois anos e meio.

Entre brasileiros e estrangeiros, a maior parte dos desistentes (58%) atuava em periferias de capitais e regiões metropolitanas e em áreas consideradas de extrema pobreza. Nesse último grupo de municípios, estava uma fatia significativa dos cubanos (35%, contra 25% dos brasileiros).

Saldo positivo

O relatório de avaliação do programa entre 2013 e 2017 feito pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aponta que o Brasil gastou cerca de R\$ 13 bilhões com o Mais Médicos. Cerca de R\$ 7 bilhões foram transferidos a Cuba, por meio da Opas. Em 2018, os gastos com o programa foram de R\$ 3,3 bilhões — R\$ 200 milhões a mais que no ano passado.

A relatora na CAS, senadora Lídice da Mata (PSB-BA), concluiu que o Programa Mais Médicos possibilitou melhor distribuição de profissionais em regiões carentes e distantes, no interior e na periferia, e maior cobertura de atenção básica e saúde da família, com mais consultas e procedimentos.

— É uma unanimidade entre os prefeitos brasileiros de todas as legendas partidárias. Porque até então os médicos não chegavam aos municípios.

Nova etapa

Inscritos no 1º edital de 2018

36.490 médicos

Inscrições aprovadas

23.951 médicos

65%

Vagas oferecidas

8.517 vagas

Vagas preenchidas

8.411 vagas

98%

Profissionais que já se apresentaram ou iniciaram as atividades

5.935 médicos

70%

Requisitos para a participação no edital

- Puderam participar apenas médicos formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no país e com habilitação em situação regular para o exercício da medicina, mediante registro em conselho regional de medicina (CRM) no Brasil
- Era exigido não possuir vínculo de serviço com carga horária incompatível com as exigências do projeto

Fonte: Ministério da Saúde
 (Em andamento, há edital de emergência direcionado aos médicos com registro em CRM no Brasil para manter a assistência nas localidades que contavam com médicos cubanos)

Estrutura do programa

Objetivo

Ampliar o acesso da população à atenção básica, principalmente nas regiões mais carentes do país, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros

Data de criação

2013

Responsável

Ministério da Saúde

Municípios atendidos

4 mil

Distritos indígenas

34

Beneficiários

Mais de 63 milhões de pessoas

Remuneração

Os profissionais recebem bolsa-formação (atualmente no valor de R\$ 11,8 mil) e uma ajuda de custo inicial entre R\$ 10 mil e R\$ 30 mil para deslocamento para o município de atuação. Além disso, todos têm a moradia e a alimentação custeadas pelas prefeituras



Fonte: Ministério da Saúde, em 06/12/2018

Saiba Mais

Opas Brasil — Mais Médicos
<http://bit.ly/opasmaismedicos>

Relatório de avaliação da CAS
http://bit.ly/relatorio_cas

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania